



**Intervenção de S. Exa. o Ministro da Defesa Nacional na conferência
*A Cimeira da NATO em Varsóvia e o novo ambiente de segurança
internacional***

**Assembleia da República, Comissão de Defesa Nacional
*Sala do Senado, 23 de junho de 2016***



Excelentíssima Senhora Vice-Presidente da Assembleia da República, **Dra. Teresa Caeiro,**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão Parlamentar de Defesa Nacional, **Dr. Marco António Costa,**

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Defesa Nacional, **Dr. Júlio Miranda Calha**

Excelentíssimo Senhor Embaixador na Missão NATO, **Embaixador Luís de Almeida Sampaio,**

Excelentíssimo Senhor Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, **General Pina Monteiro,**

Senhores Embaixadores, Senhores Chefes do Estado-Maior da Armada e do Exército

2

Excelentíssimos Senhores Oficiais Gerais,

Demais Autoridades Civas, Militares e Académicas,

Restantes membros do Corpo Diplomático,

Ilustres Convidados,

Minhas Senhoras e meus Senhores,



Começo por saudar esta iniciativa e agradecer, na pessoa do Senhor Presidente da Comissão de Defesa, aqui sentado, e especificamente na pessoa da Vice-Presidente da Assembleia da República, a honra e a oportunidade de partilhar, neste contexto, algumas reflexões – necessariamente breves – sobre este tema, num dia que se adivinha marcante para o futuro da Europa, à qual a OTAN está inextricavelmente ligada.

E não posso deixar - logo a começar – de destacar o quanto considero (e considero de forma sentida) esta Assembleia da República como fórum privilegiado e democrático da expressão das ideias, e da expressão dos debates.

Permitam-me, pois, que evoque brevemente a génese e a evolução da Aliança Atlântica para, a seguir, numa abordagem prospetiva, deixar aqui algumas notas sobre a OTAN do futuro, numa perspetiva portuguesa, e estando certo de que cumpro aquele conselho que me deu sempre, e há muitos anos, o Professor Adriano Moreira, segundo o qual, se eu quisesse fazer prospetiva, que projetasse para depois da minha morte as previsões para ninguém me poder acusar de ter falhado.

Nos primórdios da Aliança, podíamos enunciar eventualmente uma dupla tarefa: por um lado cabia à OTAN a missão da “defesa coletiva” face já na



altura ao Leste, por outro, estava-lhe também cometida a “pacificação interna da Europa” o que, em ambos os casos, exigia transformar os Estados Unidos numa “potência europeia” – a tal casa transatlântica que há pouco tão bem referia o Embaixador Almeida Sampaio.

E, de facto, durante a Guerra Fria, foi a combinação da consolidação das democracias europeias com a capacidade de dissuasão norte- americana que assegurou a contenção da União Soviética e a paz na Europa. No fim da Guerra Fria, a Aliança Atlântica foi ainda relevante no enquadramento para a unificação da Alemanha, garantindo também aí a paz regional.

Por isso, embora, então, muitos vaticinassem a rápida obsolescência da Aliança, os seus membros decidiram que a NATO devia continuar a ser responsável pela defesa europeia, o que acabou por determinar a extensão do seu perímetro que passou a integrar as democracias pós- comunistas. Mas, se a defesa coletiva – assente – como todos sabemos - no princípio da indivisibilidade da segurança transatlântica, inscrita no art. 5º do Tratado de Washington – continuou a constituir a principal *raison d'être* da OTAN, foi o próprio conceito estratégico da Organização que sofreu uma mutação quase dramática, mostrando uma dinâmica a que a organização teve necessariamente que se adaptar.

Passou, desde logo, a colocar-se a questão da possibilidade das intervenções dos Aliados em crises “fora- da- área” do Tratado de Washington e do próprio “espaço euro-atlântico”. Por sua vez, estas – que começam a materializar-se no espaço dos Balcãs – abrem um intenso

debate interno – recentemente recordado evocado, aliás, durante a crise ucraniana – sobre a refundação das responsabilidades da Aliança.

Este debate tem interessantemente oposto – e continua a opor – os defensores de uma “aliança regional” ou “euro-atlântica” aos proponentes de uma *OTAN Global*, duas correntes que, aliás, considero serem não homogéneas – cada uma delas – e ambas compatíveis entre si. Se a OTAN acabou por se irvolvendo, no pós-guerra fria, num “gestor globalizado de crises” – do terrorismo no Afeganistão à pirataria no Golfo de Áden – a ocupação russa da península da Crimeia veio ressuscitar, em parte das capitais aliadas, a aspiração de um retorno aos objetivos clássicos da Aliança e a concomitante reclamação da continuidade da vinculação estratégica dos EUA ao espaço territorial do Velho Continente, quando este propósito se encontrava desde algum tempo em ampla retração, processo esse que, aliás, quase todos encaram agora como inelutável.

Não obstante os desenvolvimentos recentes, o mundo da União Soviética e da cintura geopolítica que a sustentava não está de regresso – e é bom haver bom senso quando se enunciam alguns propósitos porque sejamos francos, e retomando a frase célebre de Mark Twain, a Rússia não é comparável à União Soviética, e comparar a Rússia à antiga União Soviética é claramente exagerado.

A Aliança Atlântica tem agora sido chamada, por isso, a responder a um conjunto de ameaças mais complexo e difuso que lhe impõem a necessidade de manter uma capacidade de dissuasão efetiva, capaz de

neutralizar as redes terroristas islâmicas transnacionais no Médio Oriente, cujos efeitos nefandos se fazem sentir em território aliado e na sua vizinhança alargada, ou de garantir as comunicações virtuais, ou ainda a segurança de um espaço que foi progressivamente abolindo as suas fronteiras internas. Tal requereu, como sabemos, a revisão do próprio conceito de segurança, para que este pudesse incluir tanto a (clássica) segurança nuclear como a (mais contemporânea) segurança cibernética.

Foi neste contexto, já profundamente transmutado, que, em 2010, na Cimeira de Lisboa, se reformulou um conjunto de conceitos estratégicos e de doutrina, concentrando-os numa única enunciação: “a Aliança tem o dever e a vontade de continuar a desempenhar três tarefas fundamentais essenciais: *a defesa coletiva, a gestão de crises e a segurança cooperativa*”. O conceito comete, pois, três tarefas fundamentais essenciais à Aliança Atlântica:

- i) **Defesa coletiva**, que nos remete para um quadro mais clássico, ou menos clássico, segundo alguns, de reinterpretação do artigo 5 do Tratado de Washington;
- ii) **Gestão de crises**, graças à diversidade de capacidades de resposta -, política e militar - que a NATO tem e que pode e deve canalizar para este efeito;
- iii) E a **segurança cooperativa**, que exige o desenvolvimentos de parcerias não só com países não-membros relevantes, mas também com outras organizações internacionais. A OTAN pode, assim, contribuir ativamente para o controle de armas, não-proliferação e desarmamento.

O Conceito Estratégico de 2010 constituiu, pois, uma declaração clara e firme sobre as tarefas e os princípios fundamentais da OTAN, os seus valores, as mudanças no ambiente de segurança e os objetivos estratégicos da aliança para esta década, que, entretanto, já ultrapassou a sua primeira metade... Temos, desde então, assistido a uma degradação e agravamento do risco, ao alastramento da ameaça cega do terrorismo transnacional, como membros de uma Aliança que, concebida para responder a conflitos simétricos, tem necessariamente que se adaptar às novas “ameaças híbridas” que atores não-estaduais como o Daesh representam. Tem por isso que sair da sua zona de conforto – aquela onde a resposta mais tradicional é também a mais fácil e a mais confortável – para enfrentar desafios representados – a meu ver – essencialmente pelas chamadas “ameaças híbridas” e pela ameaça global provinda do sul que não podem deixar de impor adaptações e um repensar do funcionamento da organização.

É assim que, se o ressurgimento de uma ameaça a leste exige que demonstremos a nossa determinação e demonstremos firmeza na defesa do *status quo* do pós-Guerra-Fria, designadamente da integridade territorial e da soberania da Ucrânia, também as fontes de desestabilização, a Sul, no Mediterrâneo e no Médio Oriente, impõem uma reflexão obrigatória sobre os novos campos de ação que à Aliança podem e devem ser reconhecidos de modo a torná-la útil face aos desafios de segurança emergentes, no domínio do combate ao terrorismo, à proliferação das armas de destruição em massa, à segurança marítima e energética e ao

tráfico de seres humanos. O chamado flanco sul não é, portanto, efetivamente, um verdadeiro flanco sul. É, isso sim, a representação tendencialmente geográfica de uma ameaça global que tem as suas origens principais a sul.

Devemos pensar a OTAN do futuro tanto a Leste, como a Sul, de uma perspetiva de 360º, definindo os seus campos de intervenção relevantes para a garantia da paz regional e da continuidade das nossas sociedades como espaços abertos, plurais, diversos, que garantam aos nossos cidadãos e a todos que nelas se acolhem o pleno gozo dos seus direitos fundamentais. E é, por isso também, não deixar de lado, duas dimensões das três que eu referi – gestão de crises e segurança cooperativa – potenciando-as.

Para a Cimeira, com efeito, e no tocante à **presença avançada no leste e no sudeste da Aliança**, a principal expectativa é, segundo creio, que a mensagem de firmeza e dissuasão da organização se venha a traduzir num acordo que responda à ameaça sentida por parceiros como Polónia, Estónia, Lituânia e Letónia e, também, no Mar negro, a Bulgária e a Roménia.

Neste contexto, Portugal continuará a defender a ponderação e o equilíbrio – não se confunda firmeza com escalada – sustentando que a linguagem relativa à Rússia se mantenha tanto quanto possível “construtiva”, nunca fechando portas a um diálogo com Moscovo, antes procurando ativamente promovê-lo, porque isso continua a ser imprescindível e à calibragem



adequada de outras dimensões da nossa resposta a esta crise, como, por exemplo, as sanções europeias – ainda recentemente renovadas por um período adicional de seis meses. Mas, sobretudo, **Portugal pugnará por que não se esqueça o sul, a tal ameaça global, o tal flanco global, em linha com o que já ensaiou em conjunto – e ensaiou de um forma muito feliz - com a Espanha, a Itália e a França**, através de uma **carta conjunta** enviada ao Senhor Secretário-Geral e divulgada na recente reunião ministerial da OTAN de Defesa que teve como objetivo preparar a Cimeira.

Também na área da **ciberdefesa** se esperam resultados promissores da Cimeira: a consolidação definitiva do ciberespaço como um “domínio operacional”, como um verdadeiro e novo teatro de operações – para além da terra, do mar e do ar – no contexto do qual possam ser levadas a cabo ações preventivas ou reativas era há muito devido, face à necessidade contemporânea de capacitar os Estados e a própria Aliança, no âmbito da segurança das comunicações. Fica por resolver, evidentemente, a forma como enquadrar este novo teatro de operações, este novo domínio operacional na esfera aparentemente muito clássica e muito tradicional do artigo 5 do Tratado de Washington.

Este ponto tem especial interesse para Portugal, face ao acolhimento no nosso país da Escola da NATO de Comunicações e Sistemas de Informação, que incluirá uma vertente de formação e treino na área da ciberdefesa, num projeto financiado a 100% pela Aliança e que representa um investimento superior a 20 milhões de euros. Esta entidade vem juntar-se ao Comando da STRIKEFORNATO e ao Joint Allied Lessons Learned Centre (JALLC,

estruturas de âmbito mais operacional que, em conjunto, promovem a plurinacionalidade e o pluriculturalismo e irão permitir uma troca mais intensa ao nível operacional, académico e internacional, com todas as vantagens económicas e de desenvolvimento que são óbvias.

Gostaria ainda de deixar uma mensagem de cauteloso otimismo face ao que se adivinha que possa ser, em Varsóvia, uma oportunidade a não desperdiçar de selar finalmente uma declaração sólida e conjunta OTAN/UE, reforçando, ao mais alto nível político e institucional, a necessidade de fomentar a complementaridade – e não a sobreposição ou duplicação - de métodos e meios entre as duas organizações, sem abdicar, naturalmente, da autonomia de decisão e da diferença de escopo de cada organização. Até porque nas palavras da Alta Representante e Vice-Presidente da Comissão, Federica Mogherini, *a UE é um projeto de integração e a NATO, uma organização de defesa*. A necessidade de reforçar a “divisão de trabalho” entre a UE e a OTAN, desde que aquela se dotou de uma política comum de segurança e defesa, parece constituir uma evidência que, contudo, tem necessidade do esforço contínuo dos Estados membros para uma melhor concretização.

Ainda assim, parecem estar maduros os tempos para um reforço da sua interação, incluindo a realização de exercícios conjuntos, ao menos nos seguintes domínios:

- i) nas ameaças híbridas – em que se reconhece a necessidade de sincronização dos procedimentos de atuação das duas organizações neste âmbito;
- ii) na segurança marítima – depois do que tem sido considerado por muitos o sucesso de cooperação no Mar Egeu, o Mediterrâneo Central parece constituir um palco em que o mesmo modelo pode ser emulado. Todos reconhecemos a ameaça que a instabilidade da Líbia representa para o Mediterrâneo e uma vez que as autoridades líbias solicitaram já formalmente à UE apoio para a capacitação da sua guarda costeira, tendo entretanto sido adotada a Resolução 2292 do CSNU sobre o embargo de armas à Líbia, estão lançadas as bases para pensar uma articulação adequada entre a *Operação EUNAVFORMED SOPHIA* da UE e a *Active Endeavour da NATO*, numa versão pós artigo 5º.

- iii) na ciberdefesa – onde há margem para UE e NATO fazerem um aproveitamento mútuo das oportunidades de formação e treino nesta área.

Estamos a menos de duas semanas de Varsóvia e no dia em que se realiza um referendo que, seja qual for o seu resultado, não deixará de constituir um desafio muito sério à resiliência da Europa como um todo, termino reiterando que é crucial que a Aliança Atlântica demonstre saber interpretar e responder às questões de segurança vitais para o espaço transatlântico, esta nossa casa transatlântica: são estas questões, são estes desafios que vão definir a natureza e o lugar das suas missões futuras.

Muito obrigado.

